

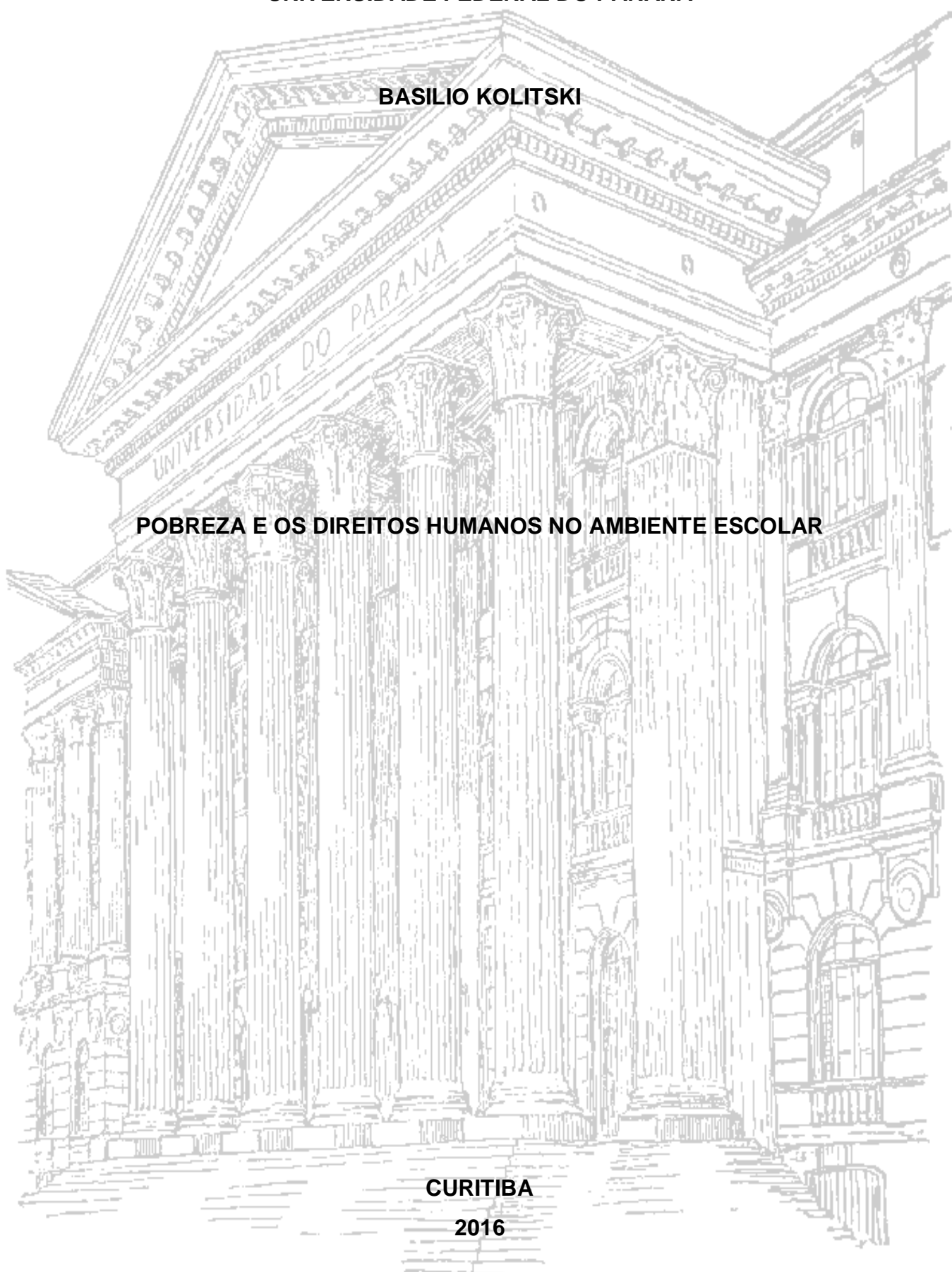
**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ**

**BASILIO KOLITSKI**

**POBREZA E OS DIREITOS HUMANOS NO AMBIENTE ESCOLAR**

**CURITIBA**

**2016**



**BASILIO KOLITSKI**

**POBREZA E OS DIREITOS HUMANOS NO AMBIENTE ESCOLAR**

Artigo apresentado como requisito parcial à conclusão do Curso de Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social, do Setor de Educação, da Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> M<sup>a</sup> Juliana Pereira Franco de Oliveira

**CURITIBA**

**2016**

## **POBREZA E OS DIREITOS HUMANOS NO AMBIENTE ESCOLAR**

**BASILIO KOLITSKI**

### **RESUMO**

Este estudo apresenta considerações a respeito da pobreza, direitos humanos e ambiente escolar. O estudo foi orientado com a seguinte questão: qual a relação entre pobreza e direitos humanos no ambiente escolar? Para responder a este questionamento foram coletados dados na bibliografia de Arroyo (2014), Costa (2008), Fonseca (2012), Lima (2015), Oliveira (2014) e Siqueira (2009) sobre pobreza e direitos humanos, bem como sua discussão no ambiente escolar, na legislação do Programa Bolsa Família e em documentos voltados a políticas públicas. Embora esses temas sejam tratados em suas especificidades, quando se trata da relação entre eles, ainda mais no ambiente escolar, o estudo a esse respeito revela-se em construção. Desta forma, ainda que se entenda a respeito da pobreza e suas consequências individuais e sociais e a respeito dos direitos humanos, entre eles a garantia aos direitos básicos, inclusive educação, quando essas questões adentram no ambiente escolar é necessário trazê-las a luz das potencialidades de cada sujeito, dado sua riqueza coletiva. Portanto, a relação entre esses temas é imprescindível para o trabalho na escola. Concluiu-se com este estudo que a pobreza e os direitos humanos estão diretamente ligados no que tange o aspecto social dos sujeitos, portanto, trata-los separadamente pode não contemplar de forma significativa a importância e efeito que esses temas demandam, ainda mais no ambiente escolar, uma vez que esses temas assumem um papel de destaque em sua relação direta na formação do sujeito em várias dimensões: no aspecto físico, psíquico, emocional, educacional, social e político.

**Palavras-chave:** Pobreza 1. Direitos Humanos 2. Ambiente Escolar 3.

### **1 INTRODUÇÃO**

Os temas Pobreza e Direitos Humanos são pertinentes no ambiente escolar, pois, uma das funções da escola frente a sua comunidade é a de discutir o processo de formação social para que possa compreender o ser humano em sua totalidade. No entanto, pouco se tem feito para os menos favorecidos. A população em situação de pobreza está mais vulnerável a ter os direitos violados, nesse sentido, Costa

(2008), diz que a pobreza em si, já é um direito negado, pois limita o sujeito ao acesso de itens de necessidades básicas como alimentação, moradia, saúde, segurança e educação. Assim, os educadores possuem papel ativo no processo de empoderamento desta população carente de direitos, como explica Arroyo:

“Se levamos em conta que no padrão classista e racista de trabalho ter um diploma de conclusão do ensino fundamental e médio é pré-condição para ser admitido no mercado de emprego, 53% de jovens pobres e negros sem diploma de conclusão do ensino fundamental lhes será negado o direito ao trabalho, vida digna e justa. A pobreza é condicionante de seu direito à educação e condicionante de seu direito ao trabalho e à vida. A negação dos direitos humanos mais básicos determinando a negação do direito à educação condicionante de sua condenação à pobreza”. (ARROYO, 2015, p.29)

Ou seja, um sujeito com pouco acesso ao conhecimento, ou nenhum, fica limitado de exercer atividades que possam garantir seu protagonismo.

Os temas como pobreza e direitos humanos são pertinentes na educação devido à escola ser um ambiente utilizado para formação do sujeito como agente transformador, ampliando a capacidade de ser protagonista do presente e do futuro, como também construindo uma sociedade melhor que tem como finalidade integralizar e socializar os sujeitos no ambiente em que estão inseridos. Isso porque um dos principais papéis da escola é o de proporcionar conhecimento para que os alunos possam generalizá-lo de acordo com a sua cultura, valores éticos e morais, para assim conseguir exercer a cidadania de forma responsável.

Nesse sentido o estudo pautou-se na questão da relação entre pobreza e direitos humanos no ambiente escolar e foi realizada uma pesquisa bibliográfica para responder a este questionamento nos estudos de Arroyo (2014), Costa (2008), Fonseca (2012), Lima (2015), Oliveira (2014) e Siqueira (2009). Além e dados da legislação vigente do Programa Bolsa Família (Lei nº. 10.836 de 9 de janeiro de 2004). Assim iniciamos com a discussão de pobreza baseada nos estudos de Lima (2015), Oliveira (2014) e Siqueira (2009) apontando para uma definição do tema. Em seguida abordamos os direitos humanos e os apontamentos de Costa (2008) e posteriormente apresentamos a relação desses temas no ambiente escolar com a contribuição dos estudos de Fonseca (2012) e do Programa Bolsa Família com base na Lei nº. 10.836 de 9 de janeiro de 2004. Por fim apontamos que a pobreza e os

direitos humanos no ambiente escolar são temas relevantes e apresentam um campo de embate político.

## **2 POBREZA E DIREITOS HUMANOS NO AMBIENTE ESCOLAR**

No Brasil, o combate à pobreza e desigualdade social é amparado pelo programa do Governo Federal Bolsa Família, criado em 2003. Segundo o Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário, os principais objetivos do programa Bolsa Família são norteados por três eixos: complemento de renda, acesso a direitos e articulação com outras ações. (BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário, 2015).

Os usuários recebem mensalmente um valor em dinheiro, de acordo com as características da família, para suprir necessidades básicas.

Em contrapartida devem cumprir alguns requisitos, tais como:

Na área da educação, os responsáveis devem matricular as crianças e os adolescentes de 6 a 17 anos na escola; A frequência escolar deve ser de, pelo menos, 85% das aulas para crianças e adolescentes de 6 a 15 anos e de 75% para jovens de 16 e 17 anos, todo mês e na área da saúde os responsáveis devem levar as crianças menores de 7 anos para tomar as vacinas recomendadas pelas equipes de saúde e para pesar, medir e fazer o acompanhamento do crescimento e do desenvolvimento; As gestantes devem fazer o pré-natal e ir às consultas na Unidade de Saúde.(BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário, 2015).

O cumprimento dos requisitos estabelecidos pelo programa reforça a seguridade dos direitos básicos (saúde, educação e assistência social e como estímulo de desenvolvimento dessas famílias, o programa se articula com outras políticas públicas previstas na Lei nº. 10.836 de 9 de janeiro de 2004 que versam sobre:

Parágrafo único. O Programa de que trata o caput tem por finalidade a unificação dos procedimentos de gestão e execução das ações de transferência de renda do Governo Federal, especialmente as do Programa Nacional de Renda Mínima vinculado à Educação - Bolsa Escola, instituído pela Lei nº 10.219, de 11 de abril de 2001, do Programa Nacional de Acesso à Alimentação - PNAA, criado pela Lei nº 10.689, de 13 de junho de 2003, do Programa Nacional de Renda Mínima vinculada à Saúde - Bolsa Alimentação, instituído pela Medida Provisória nº 2.206-1, de 6 de setembro de 2001, do Programa Auxílio-Gás, instituído pelo Decreto nº 4.102, de 24 de janeiro de 2002, e do Cadastro Único do Governo Federal, instituído pelo Decreto nº 3.877, de 24 de julho de 2001. (BRASIL, 2004).

O programa atende mais de 13,9 milhões de famílias em todo o Brasil de acordo com informações do Ministério do Desenvolvimento Social. (BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário, 2015). Dados do programa remetem as discussões de pobreza, direitos humanos e educação, pois estão diretamente interligados com iniciativas para quebrar o ciclo da pobreza e da vulnerabilidade presentes na sociedade.

A pobreza, segundo Siqueira (2009), está presente no Brasil desde o início da colonização quando as relações entre as colônias portuguesas e brasileiras pautavam-se numa hierarquia da elite e do trabalho escravo. Essa população em situação de pobreza era impossibilitada de adquirir condições suficientes para sobrevivência. O agravamento da pobreza pode ser percebido no Brasil com o aumento da população e a inserção do país na ideologia capitalista (OLIVEIRA, 2014).

O conceito de pobreza pode ser definido em duas concepções segundo Lima (2015): a pobreza absoluta e a pobreza relativa. A pobreza absoluta se refere ao não atendimento das necessidades físicas básicas para a sobrevivência: exemplo a alimentação. Já a pobreza relativa está diretamente ligada com aspectos sociais entre os indivíduos, caracterizadas nesta concepção, a desigualdade presente na falta de oportunidades no mercado de trabalho, no contexto de discriminação e exclusão.

Nesse sentido a pobreza pode ser considerada um dos maiores desafios dos direitos humanos, pois vai além da privação de renda, envolve aspectos de privação de capacidades e exclusão social. Ainda segundo Lima (2015), a pobreza viola os direitos humanos, pois nega a dignidade humana aos seus indivíduos. Dessa forma, a pobreza não pode ser considerada apenas no campo da economia, da moral, da saúde ou da educação. É necessário considerá-la à luz dos direitos humanos e compreendê-la não só nos seus aspectos individuais, mas também sociais.

Segundo Costa (2008), os direitos humanos podem ser definidos como um caráter universal de conceitos de valores fundamentais baseados em princípios primários de dignidade humana, ou seja, esses direitos devem estar presentes em todas as culturas, pois não deve haver discriminação para serem concedidos.

Para a autora os temas direitos humanos e pobreza estão diretamente ligados:

“A associação entre pobreza e direitos humanos se dá principalmente por meio dos direitos econômicos e sociais, embora a pobreza não possa ser vista apenas como uma negação destes direitos, uma vez que na condição de pobreza direitos civis e políticos são igualmente negados”. (COSTA, 2008, p.7).

Neste contexto, é possível afirmar que:

“Abordar a pobreza como uma violação dos direitos humanos é uma tarefa complexa, pois aparecem alguns problemas de difícil compreensão e, para descobrir isso é necessário investigar a possibilidade de identificar de modo específico quais seriam esses direitos cuja negação gera essa pobreza; se tais direitos podem ser compreendidos como direitos humanos; se existem deveres correlativos a esses direitos; se é possível identificar quem estaria obrigado a cumpri-los; e se essas obrigações são aceitáveis. (LIMA, 2015, p.111).

No entanto, compreender esta complexidade segundo Lima (2015), vai além de entender a pobreza como ausência de bens, vestuário, alimentação, mas compreender essa violação como um fator diretamente ligado à responsabilização do Estado através de políticas públicas que possibilitam o desenvolvimento desta população. Cabe ao Estado inserir políticas públicas a partir da observação e

mensuração das necessidades básicas ligadas à pobreza, como saúde, alimentação, educação, entre outros.

A responsabilidade do Estado em identificar a população que se encontram no estado de pobreza contribui para que o ele possa criar ações de incentivo ao desenvolvimento, um deles é o Índice de Pobreza Multidimensional (IPM) é um instrumento de mensuração de pobreza e desenvolvimento social utilizado pela ONU (Organização das Nações Unidas) desde o ano de 2010, no Brasil, a partir da ótica dos direitos humanos é a ferramenta mais adequada para estudar a pobreza, por abranger diversos aspectos que envolvem a situação de pobreza, a qual vai além da privação de renda. (LIMA, 2015).

Na colocação de Lima (2015), o Índice de Pobreza Multidimensional (IPM), o qual tem como objetivo identificar indivíduos que sofrem limitações além da renda, também na área da saúde, padrão de vida e na educação, pois a pobreza também está diretamente ligada com a baixa escolarização, limitações a bens e serviços, o que caracteriza que a pobreza não é essencialmente uma ausência de renda, mas um conjunto de fatores. A partir de resultado do IPM, em destaque especial no componente da educação, os estudos são direcionados no levantamento de escolaridade e quantidade de crianças em idade escolares matriculadas.

O direito a educação está previsto no art. 13, Decreto N<sup>o</sup>. 591, de 6 de julho de 1992, o qual descreve:

1 Os Estados Partes do presente Pacto reconhecem o direito de toda pessoa à educação. Concordam em que a educação deverá visar ao pleno desenvolvimento da personalidade humana e do sentido de sua dignidade e fortalecer o respeito pelos direitos humanos e liberdades fundamentais. Concordam ainda em que a educação deverá capacitar todas as pessoas a participar efetivamente de uma sociedade livre, favorecer a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e entre todos os grupos raciais, étnicos ou religiosos e promover as atividades das Nações Unidas em prol da manutenção da paz. 2. Os Estados Partes do presente Pacto reconhecem que, com o objetivo de assegurar o pleno exercício desse direito: a) A educação primária deverá ser obrigatória e acessível gratuitamente a todos [...]. (BRASIL 1992).

O ambiente escolar não se limita somente a aquisição de conhecimento intelectual por meio de disciplinas específicas definidas pela Base Curricular



Comum, mas é também um espaço que garante o direito de socialização entre seus componentes.

Em relação ao ingresso da população no ensino público no Brasil percebesse uma evolução no processo conforme afirma Costa (2011) que no passado este serviço era possível somente para uma parte da população considerada a elite brasileira dentro do ambiente escolar, grupos específicos de indivíduos tinham seus direitos violados pelos parâmetros estabelecidos.

Esse processo de evolução superou o acesso à educação, porém outro obstáculo encontrado foi o de manter direitos sociais dentro do ambiente escolar que vai além da transferência do conhecimento.

Por isso se faz necessário uma constante discussão sobre a garantia desses direitos como afirmam Fonseca e Pimenta:

"A discussão sobre educação como um direito humano e social vem ganhando espaço, principalmente, quando temos uma educação baseada na exclusão. Durante muito tempo a escola possuía o papel de selecionar os melhores, nesta seleção ficavam fora as mulheres, os negros, os indígenas, os deficientes, aqueles que eram considerados incapazes para suprir as necessidades do mercado de trabalho" (FONSECA e PIMENTA, 2012, p.3).

A função social da escola é priorizar a universalidade, porém, deve-se levar em conta a subjetividade de cada sujeito, pois, segundo Costa (2011, p.8) "[...] o aluno é parte da escola, é sujeito que aprende, que constrói seu saber, que direciona seu projeto de vida, assim sendo a escola lida com pessoas, valores, tradições, crenças, opções e precisa estar preparada para enfrentar tudo isso". Isto é o que caracteriza a função social da escola como meio de garantir direitos que potencializam o desenvolvimento para cidadãos ativos dotados de conhecimentos e senso crítico.

Ou seja, a escola pode ser considerada um instrumento de transformação da humanidade, porém, segundo Oliveira (2014), o direito a educação no Brasil permaneceu por muito tempo como um direito negado aos indivíduos em situação de vulnerabilidade por envolver diversos fatores socioeconômicos.

Na atualidade, o direito à educação possibilitou debates e ações que asseguram a integralidade dos direitos humanos. Os temas pobreza e os direitos

humanos estão efetivamente presentes em discussões no ambiente escolar como pode ser percebido pela implementação do Programa Bolsa Família que é uma ação do governo para atender a um direito que garante uma renda tirando a família de pobreza extrema e também garante a educação que são princípios básicos dos direitos humanos.

Para que este benefício seja concedido e usufruído pelos beneficiários, há necessidades de algumas exigências, uma delas é ter no mínimo 75% de frequência de cada criança matriculada em escola pública.

Inicialmente quando se fala em bolsa família se remete somente a ideia de uma renda que garanta o suprimento de necessidades emergenciais, porém, o programa garante outros direitos que possibilitam o empoderamento de seus usuários, pois abrange diversas “pobrezas”:

“Possibilitar o acesso e a permanência de crianças pertencentes a camadas sociais tradicionalmente excluídas na escola; integrar as famílias ao processo educacional dos seus filhos; reduzir os custos decorrentes da evasão e repetência escolar; contribuir para o combate ao trabalho infantil; evitar a permanência de crianças na rua e contato com situações de risco pessoal e social; elevar a qualidade de vida de famílias de níveis de renda menores; recuperar a dignidade e autoestima das camadas excluídas da população, despertando a esperança no futuro dos filhos, o que significa a inclusão social pela via da educação”. (OLIVEIRA, 2014, p.53).

O Programa Bolsa Família pode ser considerado um potencial de condições para o desenvolvimento das famílias e uma garantia de inclusão de crianças e jovens beneficiários o acesso a educação, a saúde e ações sociais. (OLIVEIRA, 2014).

### **3 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Conclui-se a partir deste estudo que os temas pobreza e direitos humanos estão diretamente ligados no ambiente escolar e diretamente ligados em suas funcionalidades, pois a escola, além de promover direitos institucionais, pode garantir a proteção de direitos humanos que são frequentemente violados, principalmente por uma má gestão dos responsáveis públicos, pois quando violados esses direitos, atacam diretamente a população que se encontra em situação de

vulnerabilidade A escola possui um papel de grande importância na transformação da humanidade, pois deve compreender o indivíduo em sua totalidade, porém, respeitando suas singularidades, o processo educacional é fundamental na formação de qualquer sociedade, pois possibilita a ampliação de cidadania.

Neste contexto, o Programa Bolsa Família do Governo Federal pode contribuir para o acesso da população em vulnerabilidade através de políticas públicas para o desenvolvimento das famílias na área da saúde e da educação.

Também se percebeu um progresso relativo no que tange a garantia dos direitos na acessibilidade da oferta de uma educação de qualidade que proporciona o desenvolvimento de potencialidades em diversas esferas na vida da população em situação de pobreza, no entanto, atualmente devido à crise financeira em que o país está enfrentando, o Estado está passando por um processo de reformulação de investimentos que impactam diretamente nos direitos considerados básicos e que conforme citado por Oliveira (2014) esses direitos foram adquiridos ao longo da história pela classe menos favorecida, tornando-os potencialmente vulneráveis. Na tentativa de superar a crise financeira, o Estado apresentou uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC 241 de 2016) a qual trata a transição para um novo regime fiscal:

“Art. 101. Fica instituído, para todos os Poderes da União e os órgãos federais com autonomia administrativa e financeira integrantes do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, o Novo Regime Fiscal, que vigorará por vinte exercícios financeiros, nos termos dos art. 102 a art. 105 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.” (PEC 241/16).

Não sendo somente isto, mas também edita uma Medida Provisória (MP 746 de 2016) que trata da reforma do Ensino Médio, a qual, da forma que foi imposta pelo governo, gerou manifestações por grupo de estudantes secundaristas em todo o país e por profissionais da área de educação onde não concordam com tal medida em que:

“Institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e a Lei nº 11.494 de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, e dá outras providências”. (MP 746/16).

Ainda, conforme a Medida Provisória, as Disciplinas de Artes e Educação Física, terão obrigatoriedade somente no Ensino Fundamental, como se observa:

§ 1º Os currículos a que se refere o **caput** devem abranger, obrigatoriamente, o estudo da língua portuguesa e da matemática, o conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social e política, especialmente da República Federativa do Brasil, observado, na educação infantil, o disposto no art. 31, no ensino fundamental, o disposto no art. 32, e no ensino médio, o disposto no art. 36.

§ 2º O ensino da arte, especialmente em suas expressões regionais, constituirá componente curricular obrigatório da educação infantil e do ensino fundamental, de forma a promover o desenvolvimento cultural dos alunos.

§ 3º A educação física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular obrigatório da educação infantil e do ensino fundamental, sendo sua prática facultativa ao aluno. (MP 746/16).

Baseado em dados bibliográficos e documentais deste estudo percebe-se a necessidade de investimentos em políticas públicas para que a população em situação de pobreza e vulnerabilidade social possa ter acesso aos direitos humanos, porém as propostas atuais dos programas de governos requerem uma reflexão e uma sensibilidade para que esta população que frequentemente já possui os direitos negados não sofra um processo retrógrado em seus direitos para os próximos anos.

Para continuidade deste estudo, propõem-se uma análise aprofundada dos impactos que tais propostas e medidas venham a causar ainda mais a violação dos direitos humanos na faixa da população em situação de pobreza e vulnerabilidade social e no âmbito da educação, quais seriam os possíveis prejuízos com a exclusão de algumas disciplinas da base curricular para as gerações futuras.

## REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel G. **O Direito À Educação E A Nova Segregação Social E Racial - Tempos Insatisfatórios?**. *Educ. rev.* [online]. 2015, vol.31, n.3, pp.15-47. ISSN 0102-4698. <http://dx.doi.org/10.1590/0102-4698150390>.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. **Conheça o Programa Bolsa Família**. Disponível em <http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/o-que-e>

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Proposta de Emenda à Constituição 241/2016**, disponível em:

[http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra;jsessionid=7321F6C2A72C050623CA37651390E18E.proposicoesWebExterno1?codteor=1468431&filenome=PEC+241/2016](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=7321F6C2A72C050623CA37651390E18E.proposicoesWebExterno1?codteor=1468431&filenome=PEC+241/2016)

BRASIL. Decreto 591 de 6 de julho de 1992. Promulga o Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 07 jul. 1992. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1990-1994/d0591.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d0591.htm)

COSTA, Vera Lucia Pereira da. **A função Social da escola**. Disponível em: <http://www.drearaguaia.com.br/projetos/funçãosocialescola.pdf>.

FONSECA, Jorge Alberto Lago; PIMENTA, Renata Waleska. **A Chegada dos Desiguais à Escola: Novas Formas de Inclusão/Exclusão**. Disponível em: [http://www.portalanpedsul.com.br/admin/uploads/2012/Educacao\\_Cultura\\_e\\_Relacoes\\_Etnico\\_Raciais/Trabalho/06\\_39\\_27\\_2796-6886-1-PB.pdf](http://www.portalanpedsul.com.br/admin/uploads/2012/Educacao_Cultura_e_Relacoes_Etnico_Raciais/Trabalho/06_39_27_2796-6886-1-PB.pdf)

LIMA, Fernando Antônio de Freitas. **O direito internacional dos direitos humanos como instrumento para a redução da pobreza no Brasil**. Fortaleza, 2015. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/16365>

OLIVIEIRA, Luís Carlos Santos. **Programa Bolsa Família : efeitos no desempenho escolar e na superação da vulnerabilidade social de beneficiários em Feira de Santana-BA (2006-2012)**. – Feira de Santana, 2014. Disponível em: <http://www2.uefs.br/ppge/dissertacao/dissertacao-carlos-santos-oliveira-2014.pdf>

SIQUEIRA, Maria da Penha Smarzar. **Pobreza no Brasil Colonial: representação social e expressões da desigualdade na sociedade brasileira**. *Histórica – Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo*, nº 34, 2009. Disponível em <http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao34/materia01/>.